

# Nova esperança

**Carlos Alberto Direito**

**C**ada novo ano significa uma nova esperança. Este que vai chegando, particularmente, exige de cada brasileiro um esforço maior para acreditar nesse fato do calendário gregoriano.

Não se diga que os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte têm contribuído para desanimar a nação. Muito ao contrário, há fundadas razões para crer que o que foi discutido e aprovado, substancialmente, no plenário das comissões, incluída a de Sistematização, tem um sabor de avanço social. É claro que há exageros, equívocos, mas todos sinalizam uma vontade constituinte disposta a inovar no plano social. O que ocorre é, em muitos casos, uma sensível distância entre o modelo econômico enraizado na história republicana e algumas regras de direito constitucional do trabalho, o que, seguramente, gera espanto e má-sina à engrenagem do sistema vigente. Mas, o plenário, com o *Centrão* e tudo, vai atuar como poder moderador para superar antagonismos e conflitos entre as diversas correntes que o integram.

O que deve assustar é a inércia do Estado diante da continuada ameaça de retração econômica e empobrecimento social. Ainda agora, com o último ajuste fiscal proposto pelo governo, o colchão de sustentação da sociedade — a classe média, velha de guerra — vai ser tomado de assalto pela fome do fisco. O atropelo das medidas, neste apagar de luzes do 87 sofrido, não dá nenhuma esperança de que o sacrifício imposto resultará em benefícios concretos para livrar o país da desordem gerencial em que se encontra.

O cenário está impelindo a sociedade a desejar, na surdina mesmo (considerando o insucesso dos comícios PT/PDT pelas diretas), que 1988 seja o ano das eleições diretas para presidente da República. Não se trata de considerar que a realização de eleições diretas para presidente seja o palco no qual o cenário novo de alegria, felicidade, retomada do desenvolvimento vai ser construído rapidamente. Não é nada disso. Mas é o simples fato de chamar a sociedade para ser co-responsável democraticamente na composição do governo e, portanto, na formação de uma comunidade de destino nascida do voto livre do povo-órgão, que vai animar as esperanças.

Defender eleições diretas para os cargos executivos é uma exigência do regime democrático. É inútil argumentar que nos regimes parlamentaristas não há eleições para presidente. É claro que não há, porque o Executivo nasce do Parlamento eleito diretamente, sendo o partido majoritário incumbido de executar o seu programa no exercício do governo.

Os governadores de estado eleitos em 86, e com menos de um ano de governo, têm uma responsabilidade específica no cumprimento de plataformas defendidas na campanha. E o povo respeita o resultado das urnas e impõe aos eleitos a obrigação de uma continuada prestação de contas.

Aqui no Rio de Janeiro, o governador Moreira Franco, o qual resgatou a presença política do Estado na federação, tem tido a cautela de lembrar ele próprio os compromissos que assumiu e indicar o que está sendo feito pelo seu governo para cumpri-los. É uma experiência pioneira que tem apresentado já os melhores resultados. E, também, tem permitido uma vinculação direta entre a trajetória do candidato e a trajetória do governador.

Aí está um patamar que deve a sociedade alcançar no plano federal. Há uma dissonância grave do governo consigo próprio. Não se pode identificar uma unidade, sequer setorial, que seja refletida na execução de um programa governamental com passagem para a sociedade. Vale lembrar que o plano cruzado foi um momento econômico, mas, mesmo assim, alcançou a sociedade por inteiro porque expresso em termos tão visíveis, como foi visível — e por isso empolgou o Brasil — o programa de metas do presidente Juscelino Kubitschek. Mas o plano cruzado perdeu-se exatamente por ser apenas um momento. E a partir dele nada mais apareceu, deixando o povo dominado pela frustração e pela desesperança que levou ao descrédito o governo, à deriva desde então.

Não há governo que resista à falta de empatia com o povo. O chefo do governo que não consegue passar o seu ideário fica relegado à prisão dos aparatos de poder. É um permanente prisioneiro dos seus circunstantes. É uma vítima do carinho dos próximos, carente do aplauso das maiorias em ondas contínuas que formam uma aura que supera o tempo vivido.

O governo não pode deixar de ser sensível à necessidade de buscar uma solução democrática para livrar-se ele próprio da expulsão da história. Afinal, é bom não esquecer que o presidente José Sarney tem cumprido com total lealdade os seus compromissos com a transição política. O seu temperamento desarmado, a sua tolerância banhada pela longa experiência parlamentar merecem, sem sombra de dúvida, o reconhecimento da nação. Promulgada a Constituição, o presidente Sarney concretiza o que talvez possa ser o seu ato de casamento com a história.

A nova esperança para 88 será exatamente essa possibilidade real de descobrir uma marcha adiante, na qual o povo tenha lugar como agente e não como espectador culpado, para anotar a expressão de Thomas Merton.

O clima de sinistrose não é compatível com a natureza essencial do nosso país. Nós somos maiores que qualquer crise.

É urgente, agora, sem tardança, abrir uma brecha no presente tão desafortunado em busca de um ideário moderno capaz de mobilizar a nação por inteiro na construção do seu destino. Afinal, como lembrou certa vez Anatole France, "lentamente, mas incessantemente, a humanidade realiza os sonhos dos sábios".

*Carlos Alberto Direito é secretário de Educação do Estado do Rio de Janeiro*